



Violência sexual e literatura infantil: uma ferramenta pedagógica de proteção contra as violações de direitos das crianças¹

Sexual violence and children's literature: a pedagogical tool to protect against violations of children's rights

Rosana Trindade de Matos

Mestra em Educação

Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Manaus, Amazonas – Brasil.

rosanamatos83@gmail.com

Márcio de Oliveira

Doutor em Educação

Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Manaus, Amazonas – Brasil.

profmarcioliveira@ufam.edu.br

Resumo: A violência sexual contra crianças vem ocorrendo de maneira recorrente em nossa sociedade, atingindo os níveis sociais, independente de classe, cor, credo, gênero, embora existam os atenuantes, esse público é muito vulnerável. Assim, o presente manuscrito analisa sobre as práticas pedagógicas em discutir o assunto acerca da violência sexual, por meio da literatura infantil. Para atingirmos o objetivo, utilizamos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo buscando fomentar o debate e o aprofundamento sobre a violência sexual contra crianças a partir da visão de gestores/as dos Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Manaus/AM, em uma perspectiva qualitativa de análise. Verificamos que nas escolas pesquisadas há desconhecimento de literatura infantil – e até mesmo lei – que possibilita a discussão e as práticas de proteção e enfrentamento à violência sexual, para empoderar as crianças na idade pré-escolar, e pelo desconhecimento não utilizam a literatura infantil como uma ferramenta pedagógica.

Palavras chave: violência sexual; criança; educação sexual; práticas pedagógicas.

Abstract: Pedagogical practice is the teaching action, carried out with the intent to educate and guided by methodologies consistent with the pedagogical purpose. In this sense, the present study aimed to analyze the practices experienced in the daily life of the institution of Early Childhood Education, from the perspective of the pedagogical coordination, with reference to an Early Childhood Education Center located in the city of Sobral – Ceará. The methodology is based on a qualitative and descriptive investigation supported by documental analysis and by reports of experiences of pedagogical coordinators of early childhood education. The theoretical framework dialogues with the propositions of Barbosa (2006), Fochi (2015; 2023), Franco (2012; 2015), Oliveira-Formosinho (2019), Proença (2018), and Santiago and Neto (2016). The data indicate a relative distance between the actions of teachers of infants and young children and the guidelines of the documents that make up the public policy for early childhood education at the municipal level.

Keywords: sexual violence; child; sex education; pedagogical practices.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

MATOS, Rosana Trindade; OLIVEIRA, Márcio. Violência sexual e literatura infantil: uma ferramenta pedagógica de proteção contra as violações de direitos das crianças. *Dialogia*, São Paulo, n. 43, p. 1-17, e23892, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23892>.

American Psychological Association (APA)

Matos, R. T., & Oliveira, M. (2023, jan./abr.). Violência sexual e literatura infantil: uma ferramenta pedagógica de proteção contra as violações de direitos das crianças. *Dialogia*, São Paulo, 43, p. 1-17, e23892. <https://doi.org/10.5585/43.2023.23892>.

¹ Este trabalho contou com financiamento e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

1 Introdução

Diversos são os estudos que buscam analisar o papel social da instituição escolar (GATTI, 2013; GADOTTI, 2006; LIBÂNEO, 2011), o que nos aponta o fato de que há inúmeros fatores que determinam esse papel: históricos, culturais, sociais, políticos. A partir de tais pesquisas, fica evidente que a escola precisa auxiliar cientificamente no desenvolvimento de uma pessoa, a partir de uma prática pedagógica socialmente referenciada.

Dito isso, outras tantas pesquisas contribuem para a defesa de que o sistema educacional deve se preocupar com o desenvolvimento integral dos sujeitos, devendo inserir em suas práticas temas como a sexualidade (BRITZMAN, 2001; FURLANI, 2011), as questões de gênero (FELIPE, 2009; LOURO, 2000) e violência sexual (MARRA, 2016; LIMA; MAIO, 2014), por exemplo.

Nesse sentido, são vários os instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas, como lousa, giz, desenhos, textos, cartazes, cadernos, literatura infantil. E o presente texto terá como foco esse último material, sobretudo por se tratar de “[...] um artefato cultural presente em diferentes contextos sociais, sendo a escola um espaço privilegiado para a leitura desses materiais” (KLEIN, 2010, p. 181). Destacamos que por meio da literatura infantil, é possível a discussão e compreensão de diversos temas: morte, perda, amizade, gênero, sexualidade, violência sexual, dentre outros.

Portanto, a escola como espaço social valoroso de formação dos sujeitos, tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança pequena. Segundo Santos (2009), a escola pode ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança, e esta deve assumir o papel de protagonista na prevenção da violência sexual. E vale ressaltar que a violência sexual contra a criança nesses últimos anos vem se agravando ainda mais, devido à pandemia do COVID-19. Desta forma, a escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como: violências, diversidade sexual, questões de gênero, sexualidade como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), dentre outros documentos oficiais da área da Educação.

A Educação é a melhor prevenção de toda e qualquer forma de violência, e no que tange a violência sexual é fundamental discutir e refletir sobre o papel da escola, quais práticas podem enriquecer por meio do lúdico o fortalecimento dos direitos das crianças? E dos/as seus/suas profissionais diante dessa realidade, visto que, se busca formar e educar pessoas para uma sociedade de indivíduos com seus direitos e deveres resguardados, contribuindo para uma socialização plural promovida pela escola visando uma Cultura de Direitos Humanos.

Assim, o presente texto está dividido em três seções. Em um primeiro momento descreveremos o caminho metodológico da pesquisa; posteriormente evidenciaremos os resultados e as discussões; e em um terceiro momento traremos nossas considerações finais sobre o estudo.

2 Metodologia

A discussão acerca da violência sexual contra crianças tem sido pautada em estudos acadêmicos, conforme mostramos no presente artigo. Junto a essa socialização de conhecimento, defendemos que o trabalho nas escolas sobre esse tema é algo que precisa ser marcado em tais políticas e nas ações governamentais, principalmente. Com isso, é fundamental sabermos o que pensam os/as trabalhadores/as da Educação em relação ao tema, sobretudo porque são essas pessoas que estão em contato direto com as crianças na prática pedagógica do dia a dia.

Nesta direção, o presente estudo teve início em 2019, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que foram utilizados referenciais teóricos para o embasamento dos conteúdos expostos ao longo da pesquisa. Defendemos que “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p.45). Enquanto isso, a pesquisa documental, segundo o mesmo autor, apresenta várias vantagens, pois os documentos constituem fontes ricas e estáveis de dados.

A pesquisa buscou as gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil devido ser elas a receberem as (in)formações sobre as temáticas: violência sexual, diversidade, gênero. A fim de buscar na atividade de gestão respostas para as indagações postas no presente trabalho, outro instrumento adotado para coleta de dados consistiu de documentação direta (questionário aos/às gestores/as). A escolha por este instrumento se deu por possibilitar a obtenção de dados a partir do ponto de vista das colaboradoras (GIL, 2008).

O trabalho de campo se deu em nove Centros Municipais de Educação Infantil/CMEI, da Divisão Distrital Zonal Leste II da cidade de Manaus-AM, nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 2020, tendo como sujeito da pesquisa as gestoras dos CMEI, em que foi entregue um questionário contendo dez perguntas semiestruturadas. Com oito gestoras, houve o contato direto no primeiro momento da entrega dos questionários, onde foi possível fazer toda a explicação da finalidade da pesquisa, apenas uma participante o contato se deu por telefone, a qual aceitou em responder, e no dia da entrega do questionário respondido foi repassado por uma pessoa da secretaria. Ressaltamos que o final da pesquisa de campo se deu duas semanas antes do decreto da suspensão das aulas devido à pandemia do COVID-19.

Para o tratamento dos dados obtidos, fundamentamos na técnica de análise de conteúdo, de modo que para Franco (2012, p. 12) “[...] o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. A mensagem aqui tratada, se baseia num recorte da pesquisa intitulada “Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: um olhar para os Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Manaus – AM”, mais específico da questão 6 que norteará o presente manuscrito.

3 Educação infantil e violência sexual contra crianças

A Educação Infantil, de acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996, art. 29), é a primeira etapa da Educação Básica e “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Portanto, estamos falando de uma etapa inicial, em que a base do conhecimento deve ser construída junto com os/as alunos/as.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010, p. 18) estabelecem que

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Assim, as instituições que atuam com a Educação Infantil devem garantir uma formação ampla e completa nesta etapa educacional, buscando fazer com que os/as alunos/as tenham acesso aos mais variados conhecimentos científicos produzidos ao longo da nossa história. Para Campos (2019) a educação infantil é um processo muito importante na vida criança, pois favorece conhecer novos ambientes, estimula a interação, socialização com seus pares e a descoberta de sua pertinência no espaço.

Anjos e Santos (2022, p. 13) defendem uma Educação Infantil democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade, anticapitalista, antirracista, antiadultocêntrica, feminista e “[...] contra todo e qualquer tipo de preconceito e de discriminação de raça, etnia, idade, religião, gênero, nacionalidade, orientação sexual, condição social, religião ou em razão de deficiência”. Desta forma, pensar uma Educação voltada para as crianças pequenas precisa carregar propostas educativas que favoreçam sua autonomia, com o intuito de que esse grupo se descobrija sujeitos com direitos, sem assistencialismos, preconceitos, uma educação de fato de qualidade e que seja

pautada na cientificidade.

Desta forma, partindo do conceito que a Educação Infantil é direito de toda criança, do nascimento até os cinco anos de idade, a escola por sua vez, junto a família precisa ensinar as crianças o que pode e o que não pode em relação ao toque, e, além disso, levar a criança para a descoberta do corpo, dos sentimentos e afetos sabendo diferenciar e respeitando o seu desenvolvimento e faixa etária, pois com as informações adquiridas, se torna um meio eficaz para diminuir a vulnerabilidade da criança perante à violência sexual. Como afirma a Organização das Nações Unidas:

A criança é inocente, vulnerável e dependente. Também curiosa ativa e cheia de esperança. Seu universo deve ser de alegria e paz, de brincadeiras, de aprendizagens e crescimento. Seu futuro deve ser moldado pela harmonia e pela cooperação. Seu desenvolvimento deve transcorrer à medida que amplia suas perspectivas e adquire novas experiências. Mas para muitas crianças a realidade da infância é muito diferente (ONU, 1990, p.1).

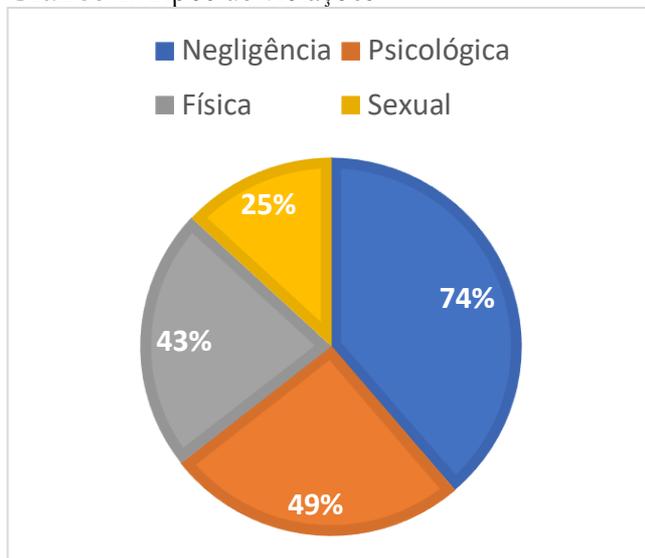
Refletir sobre como deveria ser o desenvolvimento saudável da criança na infância, traz inquietações, pois o saudável ideal é uma realidade distante para muitas crianças. Em vez do brincar, do prazer das alegrias, do amor e carinho, Bueno (2019) – em sua pesquisa – descreve que para muitas o cenário da infância não é favorável, pois a miséria, tristeza e violência estão fortemente presentes, o que traz um forte impacto no desenvolvimento que deveria ser saudável. E contextualizar toda essa realidade da criança e sua infância com a violência sexual é algo mais incômodo ainda, no entanto é uma realidade que infelizmente atinge diversas vítimas.

Violência sexual nos estudos de Silva (2002), Ferreira (2002), Minayo (2006), Fernandes, Tavares, Pinheiro (2016), Oliveira (2019) é um fenômeno sempre presente na sociedade, que pode ser compreendido como a ato de utilizar a criança e o/a adolescente como objeto gratificante para necessidades ou desejos sexuais de um/a adulto/a causando danos psicológicos, físicos, sexuais, podendo interferir negativamente no desenvolvimento da vítima. Outro significado dado pelos/as autores/as acima citados/as, consideram violência só o fato de a criança não ser vista e tratada como tal, silenciar, reprimi-la já é violentar a criança. Para Oliveira (2019), a violência sexual pode ser entendida como um conceito guarda-chuva, o qual é ramificado em pedofilia, estupro de vulnerável e a exploração sexual.

A violência em si sempre foi um assunto um tanto incômodo socialmente, de modo que discutir a violência sexual, o tema se torna um grande tabu, de tal ponto a perpetuar um silêncio em não falar na família, na escola, nas igrejas, e com isso impedindo de dar visibilidade a violência sexual.

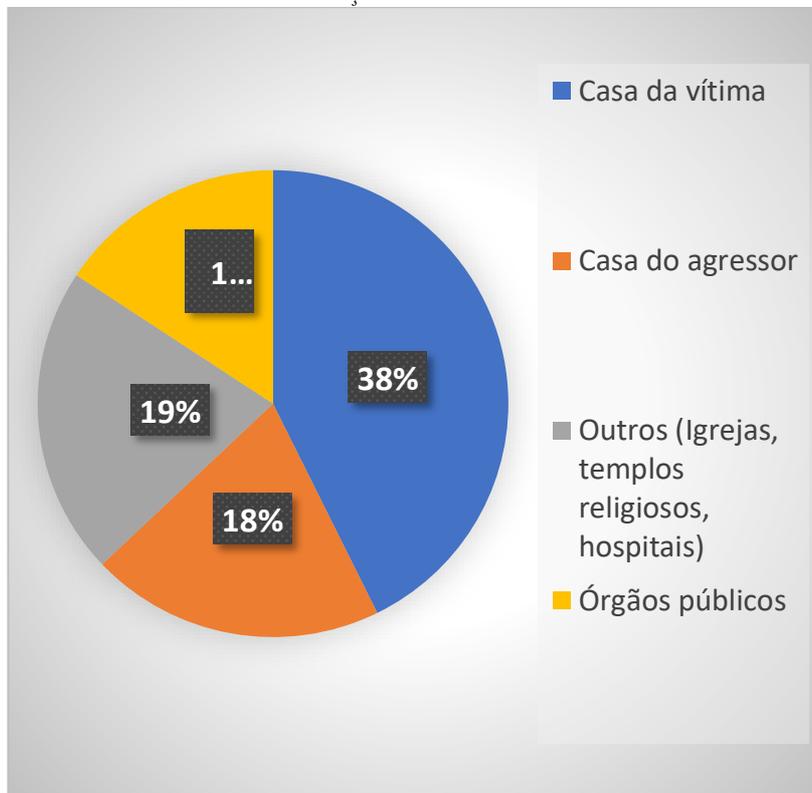
Essa realidade é traduzida em dados somente das que foram denunciadas e é visível o quanto as crianças estão a sofrer com as violações sofridas devido a negação de seus direitos. Apresentamos nos quadros abaixo os tipos de violações e o local onde as crianças mais sofrem:

Gráfico I: Tipos de violações



Fonte: Childhood (2018).

Gráfico II – Local da violação



Fonte: Childhood (2018).

De a cordo com os dados fornecidos nos gráficos acima, fica evidente que o cenário da criança e da infância não é o mesmo para todas (BUENO, 2019). E o fenômeno da violência/abuso sexual não escolhe cor, gênero, credo como já dito antes, e nega-la infringe seu direito à sexualidade e à afetividade que é inerente à criança, e ser orientada, informada demanda urgência.

Para Ippolito (2014, p. 58): “[...] não se fala de sexualidade em família, na escola ou nos lugares de formação, enquanto se respira sexualidade em todos os lugares onde as crianças e os adolescentes convivem”, ou seja, a autora afirma que os abusos acontecem onde não há diálogo, não há conversa com as crianças.

Contextualizar também essa realidade e incluí-la no espaço escolar, nos faz compreender o papel da escola em informar, prevenir, enfrentar essa realidade. Mesmo que para muitos/as responsáveis ainda haja resistência quanto trabalhar a Educação para a sexualidade e em reconhecer que esta faz parte da vida das crianças e acontece nas relações que se estabelece com elas, partindo das possibilidades da percepção do próprio corpo e do corpo de seus pares, visando à descoberta do eu, e do/a outro/a.

4 Legislação educacional acerca da violência sexual contra crianças

Para que as discussões e práticas acerca da violência sexual contra crianças sejam mais efetivamente realizadas nas instituições escolares, é fundamental que as políticas públicas educacionais registrem o assunto em suas letras, a fim de buscar garantir tais ações. Certamente apenas a existência de legislação não assegura esse trabalho, mas pode ser considerado um instrumento primordial para tal.

Em 1988, ao promulgar a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o país observou um documento que busca assegurar a convivência harmônica entre as pessoas, sem distinção de qualquer natureza e com o combate a todas as formas de violência. Isso fica explícito no quinto artigo: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, art. 05).

Mais especificamente em relação à área educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) foi um marco. O documento trouxe que a Educação – enquanto dever da família e do Estado – é “[...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 02, grifos nossos). Ao destacar “o pleno desenvolvimento do/a educando/a” devemos pensar em todas as áreas que envolvem esse/a aluno/a, de modo que o processo educativo contribua



para a sua formação e seu desenvolvimento nos aspectos biológicos, sociais, culturais, políticos etc. Para tanto, é fundamental que a sociedade exerça forças de proteção e combate a toda as formas de violência, incluindo a sexual.

Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997). O seu décimo volume é intitulado “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” e busca chamar a atenção, principalmente, em relação às mazelas sociais e ao respeito entre as pessoas. O documento expõe que um dos objetivos do Ensino Fundamental é “[...] compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (BRASIL, 1997, p. 06, grifos nossos). Esse repúdio às injustiças e o respeito entre as pessoas se encaixam à nossa discussão da prevenção e do combate à violência sexual. Ainda é apontado no texto do PCN que as pessoas devem se posicionar contra “[...] qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (BRASIL, 1997, p. 06).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ainda indicam que para a prevenção da violência sexual deve-se “[...] favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhe pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razão de saúde e higiene” (BRASIL, 1997, p. 293). Com isso reforça o importante papel da escola e do/a professor/a na prevenção desse crime.

Se escola é um direito humano em si, quanto garantia para os demais direitos como afirma o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), as leis avançaram para contribuir para uma Educação preventiva e da proteção. Dentre as ações propostas, ressalta-se:

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, bem como a todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando formação continuada dos trabalhadores da educação para lidar criticamente com tais temas.

Incentivar a elaboração de programas e projetos pedagógicos, em articulação com a rede de assistência e proteção social, tendo em vista prevenir e enfrentar as diversas formas de violência.

Incentivar a organização estudantil por meio de grêmios, associações, observatórios, grupos de trabalhos entre outros, como forma de aprendizagem dos princípios de direitos humanos, da ética, da convivência e da participação democrática na escola e na sociedade (BRASIL, 2007, p. 33-34).

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) que faz menção à dignidade da pessoa humana relacionada aos/às alunos/as desta etapa de formação. O documento aponta que as propostas pedagógicas das instituições que atendem Educação Infantil devem assegurar “A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma

de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes” (BRASIL, 2010, p. 21). A partir disso, é primordial pensarmos no papel fundamental da escola em relação ao combate e à prevenção da violência sexual, de modo que é um tema que deve estar presente no cotidiano das práticas escolares.

Já em 2014 foi promulgado o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que apontam metas e estratégias para a melhoria da qualidade educacional no Brasil. Nas linhas do texto da Lei, é explícita a necessidade do cuidado em relação à violência sexual, sendo que na meta 07, estratégia 7.23, podemos encontrar que a escola tem o objetivo de

[...] garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

Com isso, fica visível a tentativa de garantir a proteção das crianças em relação à violência sexual. É fundamental que as Leis oficiais tenham esse registro, para que políticas públicas efetivas sejam colocadas em ação na garantia dos direitos fundamentais das crianças. Além disso, o PNE aponta suas diretrizes, sendo que a décima é expressa da seguinte forma: “[...] X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014, art. 02).

Mais recentemente, em 2017, foi publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) que busca reunir os conteúdos básicos a que alunos/as devem ter acesso no processo educativo formal ao longo de sua vida acadêmica. O próprio documento reconhece que “A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início” (BRASIL, 2017, p. 07). A BNCC prevê que com sua promulgação, ao longo dos anos seu texto influenciará a organização dos currículos, “[...] a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base” (BRASIL, 2017, p. 07).

O documento expõe:

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (BRASIL, 2017, p. 61, grifos nossos).

Logo, é primordial que a BNCC – ao ser colocada em prática – contribua no processo de combate e prevenção das mais variadas formas de violência em nossa sociedade, incluindo a violência sexual contra crianças. Ao mencionar o tema, acreditamos que ele possa se tornar algo central nas práticas pedagógicas, auxiliando o trabalho docente.

5 O que dizem as gestoras sobre violência sexual contra crianças?

Libâneo discrimina (2013, p. 177) que estar na gestão escolar “[...] é pôr em ação, de forma integrada e articulada, todos os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação), envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação, coordenação”; e por estarem envolvidas nesse trabalho organizacional, optamos por aplicar um questionário às gestoras de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de Manaus/AM para unir as informações repassadas pela DDZ para o cumprimento das atividades complementares quanto a temática Educação Sexual e por serem as pessoas que primeiro receberem as (in)formações da Gerência de Atividades Complementares e Programas Especiais/ GACPE, departamento este que responsável para desenvolver ações de prevenção, promoção e a atenção à saúde, e as ações de enfrentamento as violências nas escolas.

Ao nos reportar para a pesquisa de campo, e receber o questionário das gestoras e analisar as respostas da questão 6 “Em sua opinião, quais as principais dificuldades no ensino sobre violência sexual, estupro, pedofilia na instituição em que você atua como gestora?” obtivemos as seguintes respostas conforme descreve o quadro abaixo:

Quadro I – Sistematização da questão aberta

OPÇÕES DE RESPOSTAS	TOTAL	GESTORAS
Material adequado	5	G2, G3, G4, G8, G9
Resistencia dos pais devido a idade das crianças	5	G3, G5, G6, G7, G8
Falta de preparo dos/as professores/as para trabalhar com o tema	2	G3, G5
Não tem dificuldades	1	G1

Fonte: Matos (2020).

Trazendo os estudos de Sarmiento (2019) quanto considerar a criança imatura para determinados estudos, o autor analisa que esse é um olhar autocêntrico, paternalista e esse pensamento considera a criança incapaz, não lhe dando autonomia como um ser social de pleno direito. E ao abordar um determinado estudo para/com a criança, o autor afirma que a principal metodologia é ouvir as crianças, interpretar seus movimentos, a inquietude e com isso perpassar por estudos científicos que vise uma infância contemporânea, escola e cidadania com seus desafios e implicações.

Quanto ao (des)preparo dos/as professores/as na análise das respostas, as gestoras descreveram que por ser uma temática delicada buscam parcerias com conselheiros/as tutelares, agentes de serviço social, além de profissionais da saúde para palestrar nas temáticas sobre violência sexual. Enquanto uma das participantes sinalizou que a Divisão Distrital Zonal/DDZ repassa por mídia um material para dar suporte aos/às professores/as, material este chamado Eixo de Ações Complementares. Também inferimos que na resposta das participantes havia uma parceria entre os Centros Municipais de Atendimento Sociopsicopedagógico (CEMASP), onde ao ser solicitado o serviço, essa equipe do CEMASP enviava profissionais com palestras destinadas às professoras (MATOS, 2020).

Na percepção de Lima e Maio (2014), a temática de violência sexual não está ainda incluída nas formações continuadas para os/as professores/as e que os/as mesmos/as buscam nas mídias, *internet* ou em material que julgam úteis para repassar às crianças, o que fragiliza o enfrentamento da violência para com eles/as, como a falta de formação e diálogo com os/as profissionais da Educação no combate e prevenção à violência sexual no espaço escolar (LIMA; MAIO, 2014). As autoras também afirmam que há uma ausência ou dificuldade nas formações, e que deve também levar em conta, que os/as professores/as tiveram na sua infância a negação de diálogos, por ser visto como algo errado, pecaminoso motivados por valores religiosos e morais a questão de estudos sobre sexualidade, violência sexual.

Mediante o exposto, percebemos que a fragilidade em se trabalhar a Educação Sexual, no contexto da escola, está para além do sistema educacional, falta inserir nas próprias formações continuadas dos/as professores/as a temática em questão, junto a isso, para que a escola assuma um trabalho contínuo, permanente e sistemático pressupomos que haja capacitação a estes/as profissionais, pois pode ser que haja uma possibilidade deste/a profissional ter seus próprios tabus com a Educação Sexual.

Com relação ao material (in)adequado para a Educação Infantil, diante das respostas das gestoras trazemos como estratégia para essa - falta de material que segundo a fala das gestoras não são adequados ou não sabiam que havia nas editoras. Apenas uma gestora respondeu que as professoras não tenham dificuldades, pois sempre que solicitava ajuda do CEMASP eram atendidos.

Diante disso, Furlani (2016) alerta que as práticas pedagógicas precisam ser planejadas para Educação sexual e que estas passam por etapas bem didáticas, e que ampliariam o entendimento da criança, e estas atividades englobariam para além do corpo humano, visando o desenvolvimento da autonomia pessoal e corporal, o que segundo a autora, ajudaria a criança a identificar quando um/a adulto/a ultrapassasse os limites da sua intimidade. Quanto as atividades didáticas,



Furlani (2016, p. 122) enumera da seguinte forma:

- Conhecer as partes do corpo de meninas e meninos – A diferença começa aqui!
- 2 - Entender noções de higiene pessoal e os conceitos de nudez e privacidade.
- 3 - Problematizar a linguagem (os nomes familiares, os nomes científicos):
 - Mostrando sua pluralidade
 - Questionando o tratamento genérico no masculino
 - Questionando a importância conferida a reprodução
 - Questionando a forma de nomear o corpo
 - Comparando seres humanos com animais e plantas
- 4 - Conhecer os vários modelos de famílias (explicitando as muitas formas de conjugalidade e os laços afetivos e de convivência mútua).
- 5 - Iniciar o entendimento acerca das “diferenças” (pessoais, familiares, linguísticas) ao encontro do respeito às diferenças de gênero, racial, étnica, sexual, de condição física, etc.
- 6 - Apresentar a educação de meninos e meninas a partir dos Estudos de Gênero.
- 7 - Discutir (antecipar) informações acerca das mudanças futuras do corpo (puberdade).

Nessa perspectiva das atividades pedagógicas, e que deveriam ser comuns ao currículo escolar, é possível contribuir para uma Educação mais plural, “[...] uma escola que conversa sobre a cultura sexual” (FURLANI, 2016, p. 129), e assim apoiar e encorajar as crianças a denunciar um/a abusador/a, visto que as crianças estão em processo de construção cultural, social, emocional e é pelo corpo que começa sua representação de mundo (FURLANI, 2016).

Essa preocupação em didatizar e tornar mais possível as escolas o trabalho de enfrentamento e prevenção, Furlani (2016) e Nunes (2006) enfatizam que precisa estar no currículo para efetivar uma educação sexual mais emancipatória, pois utilizar a literatura infantil como material didático, ferramenta lúdica como formação e informação às crianças contra a violência sexual, busca educar para além do biológico, e também para além de datas comemorativas.

Ficou evidente com as respostas, que as gestoras pouco – ou quase nada – conhecem em relação a obras de literatura infantil que possam auxiliar nas discussões que envolvem a violência sexual. Assim, apresentamos algumas obras de fácil acesso e que podem ser utilizadas como estratégias de apoio para esse trabalho tão necessário.

Quanto a relevância do uso da literatura infantil, Soma e Williams (2014, p. 355) destacam que “[...] um livro de história leva a criança a interagir com o enredo e os personagens, dialogar com as mesmas e identificar-se, cujos enredos refletem normas vigentes, papéis sociais e de gênero, abordando temas como violência, abuso de substâncias”. As autoras defendem livros infantis que façam abordagens preventivas. O combate à violência sexual deve iniciar desde a infância. Uma das possibilidades é por meio da literatura que irá educar a criança para o conhecimento do corpo, sobre os sentimentos, bem como nomeá-los e com isso oferecer ferramentas poderosas de proteção contra as violações de direitos das crianças.

Dentre as literaturas encontramos:

Pipo e Fifi (ARCARI, 2018) o qual ensina sobre a proteção contra violência sexual por meio do toque do sim e do não, e no site da Editora Caqui tem todo um material de apoio de como usar este livro.

Em *Não me toca, seu boboca!* (TAUBMAN, 2017), o livro aborda também quanto aos sinais de alerta quando alguém toca seu corpo de forma inapropriada. Há também *O segredo da Tartarina* (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011), livro que orienta as crianças quanto os sentimentos, afetos, a questão do segredo.

O corpo é meu, ninguém põe a mão (NATALE, LIMA, 2021); Leila (Freitas, 2019); Antônio de Hugo Monteiro Ferreira e Camila Carrossine (2012); A mão boa e a mão boba de Renata Emrich (2016) e Segredo segredíssimo de Odívia Barros (2019) estas obras ajudam a dialogar, cuidar, proteger e auxiliar nossas crianças a compreender e empoderar quanto estes cenários de violação dos direitos, que as põem em risco da violência sexual, mas que por meio da literatura, as ajuda a reconhecer que a escola faz parte dessa rede de proteção das crianças e dos adolescentes.

Para que haja sucesso na prevenção e combate à violência sexual, a escola precisa ter uma ação ligada à educação sexual, com o apoio da gestão, na tentativa de envolver todos/as nas atividades ligadas ao tema, envolvendo inclusive os/as responsáveis pelas crianças, de forma a levar a conhecer que somente por meio da informação, como ferramenta essencial para que a criança reconheça que o corpo é dela e que ela pode se proteger ou saber onde pode pedir ajuda, pois uma criança bem informada é menos vulnerável.

6 Considerações finais

Retomando a proposta iniciada na escrita deste artigo, quanto analisar as práticas pedagógicas iniciadas com as gestoras em discutir o assunto acerca da violência sexual, por meio da literatura infantil e com base na pesquisa de campo realizada numa DDZ da zona Leste da cidade de Manaus, nos dando indicativas que a escola seja transformada num espaço de pensamento crítico de seus servidores quanto a problemática da violência sexual contra as crianças e que a mesma (escola) tenha, abra possibilidades de reflexão e de debates para construir uma cultura de prevenção e enfrentamento a violação dos direitos assegurando, sustentando a afirmação dos direitos sexuais das crianças, e assim rompendo com os silêncios e os tabus quanto a essa temática proposta pelo artigo.

A pesquisa foi realizada na cidade de Manaus/AM, em Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI, no Estado do Amazonas, que de acordo com disque 100 no ano de 2018 o Amazonas encontrou-se em quinto lugar com maiores índices de reclamações de violações



envolvendo as crianças e adolescentes, e que o perfil dos autores das agressões mais de 70% são parentes, evidenciando que a maior parte das violações acontece dentro de casa.

Outra realidade mais próxima, é na própria cidade Manaus no primeiro semestre de 2019, foi registrado segundo o jornal *Acrítica* reportagem de Rocha (2019) um cenário de 463 registros de estupros ocorridos somente na capital entre os meses de janeiro a julho, no qual as vítimas possuíam entre 0 a 17 anos e estes crimes na sua maioria acontecia na casa da vítima. Com essas informações, nos leva a refletir e a ponderar, que a responsabilidade em educar para a sexualidade, sobre gênero, educação sexual não pode ser delegada exclusivamente a família.

O estudo indica que há uma necessidade em buscar materiais existentes e possíveis para se trabalhar com crianças pequenas quanto a temática violência sexual. Pode-se inferir, que infelizmente não é um material fornecido pelo governo, o próprio profissional da escola teria que fazer investimentos, ou a própria escola arrecadar fundos para obter os livros infantis, o que apresenta uma fragilidade na atuação dos professores/as em sala de aula.

A partir dos resultados dessa experiência, conclui-se que a escola possui desafios para a educação sexual infantil. E estamos em condições desfavoráveis sobre a qualidade do investimento e das garantias de direitos da infância, ainda mais quando se fala de educação pública.

Referências

ANJOS, Cleriston Izidro dos. SANTOS, Solange Estanislau. A Educação infantil que queremos um convite a reflexão. In: ANJOS, Cleriston Izidro dos. SANTOS, Solange Estanislau et.al (orgs). *Infância(s) e Educação Infantil: pesquisas, docências e pedagogias*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p.13-17.

ARCARI, Caroline. *Pipo e Fifi: ensinando proteção contra violência sexual*. 5. ed. Curitiba: Caqui, 2018.

BARRIOS, Alia; RIBEIRO SALGADO, Giulia; NASCIMENTO MIRANDA, Natália. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S.l.], v. 16, p. e8471, abr. 2021. ISSN 1809-0354. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8471>. Acesso em: 29 dez. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354202116e8471>.

BARROS, Odívia. *Segredo segredíssimo. Geração Editorial*, 2019.

BUENO, Rita Cássia Pereira. Violência na infância: por que é importante falar sobre isso. In: CANOSA, Ana Cristina. ZACAHARIAS, Ronaldo. KOEHLER, Sonia Maria Ferreira (Organizadores). *Sexualidades e Violências: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade*. São Paulo: *Ideias & Letras*, 2019. p. 227 – 238.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf . Acesso em: 16 fev. 2023.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 83-112.

CAMPOS, Roger Henrique. *Infância e sexualidade: desafios para a educação sexual infantil*. Curitiba: Juruá, 2019.

EMRICH, Renata. *A mão boa e a mão boba*. Editora Ramalhete, 2016.

FELIPE, Jane. Gênero, Sexualidade e Formação Docente: uma proposta em discussão. In: XAVIER FILHA, Constantina. *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande, MS: UFMS, 2009. p. 45- 56.

FERNANDES, Cristiane Bonfim; TAVARES, Luana Ferreira; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. Enfrentando a violência sexual de crianças e adolescentes pelo Legislativo Amazonas, *Argumentum*, Vitória. v. 8, n. 2, p. 84-103, maio/ago. 2016.

<http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.11666> . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555262009> Acesso em: 17 de fev. 2023.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência Doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da (Org.). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente*. Recife: EDUPE, 2002. p. 19-43.

- FERREIRO, Hugo Monteiro; CARROSINE, Camila. *Antônio*. Editora Escrita Fina, 2012.
- FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. Análise de conteúdo. – 4ª edição; v. 6. Brasília: Liber Livro, Série Pesquisa, 2012.
- FREITAS, Tino. *Leila*. 1.ed. Editora Abacatte, 2019.
- FURLANI, Jimena. *Educação Sexual: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos CENPEC*, São Paulo, n. 01, p. 133-139, 2006.
- GATTI, Bernadete A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educ. Rev.*, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out./dez., 2013.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IPPOLITO, Rita. O desenvolvimento infantil e o direito à sexualidade e a afetividade. In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Gorete (Orgs.). *Escuta de crianças e adolescentes em situações de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos*. Brasília, DF: EdUCB, 2014. p. 57-66.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educ. Pesqui*, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 13-28, jan./mar., 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus, 2013.
- LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose. Educação para a sexualidade como estratégia de enfrentamento à violência sexual e sua importância na formação docente. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi *et al.* (Orgs.). *Educação para a sexualidade*. Rio Grande: FURG, 2014. p.249-262.
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Lisboa: Porto Editora, 2000.
- MARRA, Marlene Magnabosco. *Conversas criativas e abuso sexual: uma proposta para o atendimento psicossocial*. São Paulo: Ágora, 2016.
- MATOS, Rosana Trindade de. Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/leste II da cidade de Manaus/AM. 2020.139f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- NATALE, Denise; LIMA, Tatiane Moreira. *O corpo é meu, ninguém põe a mão*. 1. ed. Papagaio, 2021.
- OLIVEIRA, Márcio de. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma visão a partir da era da internet. *Koan: Revista de Educação e Complexidade*, n. 7, dez., 2019, p. 120-135.

ONU. *Declaração Mundial da Sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança nos anos 90*.1990. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex42.htm Acesso em: 20 ago. 2020.

ROCHA, Karol. Crianças e adolescentes são os principais alvos de estupradores em Manaus – Crimes sexuais. *Acrítica*, Manaus, 2019. Disponível: <http://www.acritica.com/channels/manaus/news/criancas-e-adolescentes-sao-os-principais-alvos-de-estupradores-em-manau> . Acesso em: 30 ago. 2019.

SANTOS, Benedito Rodrigues; HIPOLITO, Rita. Entendendo os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos (Org). *Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood – Instituto WCF – Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. p. 23-44.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Palestra: Estudos da criança e desafios contemporâneos na Educação e na Formação de professores*. XVIII Seminário Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

SILVA, Alessandra Rocha Santos; SOMA, Sheila Maria Prado; WATARAI, Cristina F. *O segredo da Tartarina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil*. Pompéia: UDF, 2011.

SILVA, Maria Amélia de Souza e. Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: FERRAI, Dalka C. A. VECINA, Tereza C. C (Orgs). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002, p 73-94.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 353-361, dez. 2014.

TAUBMAN, Andrea Viviana. *Não me toque seu boboca!* Belo Horizonte: Aletria, 2017.